



RESOLUÇÃO

REJEITAR O ORÇAMENTO DE ESTADO; EFFECTIVAR DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS; DEMITIR O GOVERNO; ELEIÇÕES ANTECIPADAS

A cada dia que passa cresce uma imensa vaga de indignação, de protesto e de luta contra a política dita de austeridade que tem sido prosseguida e agravada pelo Governo do PSD/CDS-PP e que está a arruinar a economia, a arrasar o emprego, os salários e os direitos sociais e a atirar cada vez mais trabalhadores para a emigração e as famílias para a exclusão social, a pobreza e a miséria.

A grave crise em que o país está mergulhado não tem solução enquanto Portugal continuar submetido ao programa de agressão, instrumento de rapinagem que a troika utiliza ao serviço do grande capital económico e financeiro, nacional e estrangeiro, e do qual decorrem as principais medidas que visam perpetuar a política de direita que tem sido seguida, que agravam a exploração dos trabalhadores e o empobrecimento das famílias e que são responsáveis pelo aprofundamento do declínio económico e do retrocesso social, sem precedentes depois da revolução de Abril.

A opção do Presidente da República, de manter em funções o actual Governo de Passos Coelho/Paulo Portas, não contribui para encontrar soluções para os problemas nacionais, antes agrava a crise económica, social, política e institucional em que o país se encontra. O governo não tem legitimidade política para governar, mas persiste em avançar com medidas que consubstanciam os mais graves ataques à Constituição da República e ao próprio Regime Democrático.

A proposta de Orçamento do Estado para 2014 apresentada pelo Governo, configura mais um autêntico pacote de terrorismo social que agrava os sacrifícios que têm sido impostos aos mesmos de sempre: os trabalhadores e trabalhadoras dos sectores privado, público e empresarial do Estado, os pensionistas da administração pública e do regime geral, os desempregados, os trabalhadores com vinculo laboral precário, os jovens, o povo em geral.

É um orçamento que acentua a violência sobre os que menos têm, diminui os salários, corta retroactivamente nas pensões e reformas, agrava fortemente o aumento da carga fiscal, diminuindo drasticamente o rendimento disponível das famílias, com efeitos recessivos na economia e aceleração da destruição massiva de postos de trabalho e do desemprego. Um orçamento que reduz ainda mais a protecção social, que corta brutalmente na despesa social, com particular incidência nas funções sociais do Estado, que pretende eternizar os cortes e a sobretaxa fiscal, tornando permanente o que se dizia ser provisório, agravando as desigualdades e as injustiças.

Quem ganha com este orçamento é, mais uma vez, o grande capital económico e financeiro. O Governo inscreve a redução dos impostos sobre os lucros, mantém as rendas e mais isenções e benefícios fiscais para os grupos económicos, a transferência de mais 800 milhões de euros para as PPP's e mais oito mil milhões de juros obscenos para os agiotas da banca e os especuladores financeiros.

O Governo prossegue outros objectivos igualmente tenebrosos, como é o caso da designada "reforma do Estado", que mais não é que um embuste para destruir direitos e conquistas fundamentais que emanam da Constituição da República, retirando do seu controlo sectores estratégicos para o desenvolvimento do país e imprescindíveis para a qualidade de vida do povo, através do prosseguimento dos processos de privatização de empresas e serviços públicos e das Funções Sociais do Estado (Educação, Saúde, Segurança Social, Habitação).

Apesar de terem fracassado as políticas de "austeridade" que têm sido implementadas e que se traduzem em cerca de 15 mil milhões de euros roubados aos trabalhadores e pensionistas só nos dois últimos anos, este OE representa um corte de mais de mil milhões de euros em três das mais importantes funções sociais (menos 609 milhões na Educação; menos 300 milhões no Serviço Nacional de Saúde e menos 92 milhões na Segurança Social). Com tais medidas, é posto em causa o carácter Público, Universal e Solidário das Funções Sociais do Estado, tornando mais difícil, senão mesmo impossível, o acesso de todos os cidadãos à educação, à saúde e à protecção social.

Basta! Há alternativa a esta política de desastre económico, de exploração dos trabalhadores e de empobrecimento do povo. É preciso uma nova política, de Esquerda e Soberana, que rompa com o programa de agressão, que aponte para a renegociação da dívida, nomeadamente dos seus montantes, prazos e juros, que promova o investimento produtivo e o desenvolvimento sustentado, que crie riqueza e empregos de qualidade.

É preciso uma política que concretize uma repartição mais equilibrada dos rendimentos e da riqueza, através do aumento dos salários, do salário mínimo nacional, e das pensões, do desagravamento fiscal sobre os rendimentos do trabalho e de uma maior taxaço do grande capital e das grandes fortunas, da diminuição do IMI e do IVA sobre os produtos e bens de primeira necessidade.

É preciso uma política dirigida para a defesa e dinamização dos serviços públicos, em particular as funções sociais do Estado, reforçando os meios materiais e humanos, imprescindíveis à concretização dos direitos dos trabalhadores e do povo e ao desenvolvimento de um Portugal de Progresso e Soberano.

Em suma, é preciso lutar contra a destruição das conquistas alcançadas com o Regime Democrático, defender o Portugal de Abril!

Por isso, saudamos os trabalhadores e as trabalhadoras dos sectores privado, público e empresarial do Estado que hoje estão em luta nos locais de trabalho e nas ruas e praças de Portugal, em defesa dos seus direitos e legítimos interesses e, também, pela defesa dos serviços públicos e das funções sociais na esfera pública, condição necessária e determinante para garantir o acesso e a qualidade dos serviços prestados às populações, a elevação do bem-estar do povo, a coesão social e territorial e o desenvolvimento do país;

Nesse sentido, os participantes nesta concentração em frente à Assembleia da República decidem:

- **Rejeitar o Orçamento do Estado**, reclamando ao Presidente da República que, sem prejuízo de requerer a fiscalização preventiva da sua constitucionalidade, vete politicamente este documento que prolonga as dificuldades do país e agrava a vida dos trabalhadores e do povo;
- **Prosseguir a luta contra a aplicação das medidas inscritas no OE**, que aprofundam e prolongam a asfixia económica do país, agravam a vida dos trabalhadores, dos pensionistas e do povo, desmantelam os serviços públicos e as funções sociais do Estado e, desse modo, subvertem os direitos, liberdades e garantias consagradas na Constituição da República e que são indissociáveis da afirmação da Democracia e do Estado Independente e Soberano;
- **Saudar as lutas já anunciadas para as próximas semanas**, nomeadamente pelos trabalhadores dos transportes e comunicações, pelos professores, enfermeiros, trabalhadores das autarquias e outros sectores da administração pública em geral, assim como os trabalhadores de empresas do sector empresarial do Estado e do sector privado.
- **Intensificar a intervenção sindical nos locais de trabalho**, para dinamizar a contratação colectiva e a acção reivindicativa, no sentido de concretizar a política reivindicativa da CGTP-IN, com prioridade para o aumento dos salários, a defesa do emprego e o combate à precariedade, a revogação da legislação antilaboral, o cumprimento dos direitos consagrados na contratação colectiva e a defesa dos direitos sociais;
- **Intensificar a luta contra a política de direita, por uma política alternativa, de Esquerda e Soberana**, pela demissão do Governo e a convocação de eleições antecipadas, pela afirmação e cumprimento da Constituição da República e a Defesa do Regime Democrático;

Os trabalhadores, os jovens, os desempregados, os reformados e pensionistas presentes nesta Concentração, assumem ainda:

- **Promover um movimento pelo aumento dos salários e do Salário Mínimo Nacional**, em todos os sectores e distritos do Continente e nas Regiões Autónomas, como um imperativo de justiça social, de distribuição da riqueza, de valorização da contratação colectiva e das profissões, de combate às desigualdades e à pobreza, de dinamização da economia e criação de emprego, indissociável de um modelo de desenvolvimento económico e social de alto valor acrescentado;
- **Realizar, na semana de 16 a 20 de Dezembro, acções públicas com trabalhadores e população, em todas as regiões**, pelo aumento dos salários, do Salário Mínimo Nacional e das pensões, contra os cortes nos salários e pensões, pelo emprego com direitos, pela protecção social para todos os desempregados. **Esta iniciativa terá expressão pública, em Lisboa, no dia 19 de Dezembro, com uma concentração/vigília, a partir das 18:30 horas, em Belém, junto à Presidência da República.**